



## *Caderno de Encargos*

# *CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL*



*PRC\_025/2025*



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE  
EQUIPAMENTOS, RECOLHA, TRANSPORTE E ENVIO A  
DESTINO FINAL DE RESÍDUOS PRODUZIDOS NAS  
INFRAESTRUTURAS EXPLORADAS PELA ÁGUAS DO  
ALTO MINHO, S.A.

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha e transporte de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Contraente Pública bem como encaminhamento para destino final licenciado.

2. O objeto do contrato envolve a atividade de aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Contraente Pública, com observância das especificações técnicas e as disposições normativas constantes do presente Caderno de Encargos.

3. A aquisição de serviços compreende a disponibilização dos equipamentos necessários à colocação de equipamentos de recolha nas instalações indicadas no ANEXO I.

4. Os locais onde decorrerão os trabalhos de recolha, transporte e envio a destino final de resíduos respeitantes à aquisição de serviços estão inseridos no âmbito do Sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Minho, nomeadamente nos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato**

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pela Contraente Pública nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo contratual**

1. O contrato inicia-se no dia 13 de agosto de 2025, mantendo-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo renovável por iguais períodos, mediante acordo entre as partes, podendo atingir o período máximo contratual de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, qualquer uma das partes pode denunciar livremente o contrato antes do seu termo, em qualquer altura, desde que informe a outra parte por escrito, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência da data relativamente à qual se pretende a produção dos efeitos.

3. A denúncia nos termos do número anterior não implica o pagamento de qualquer indemnização, por qualquer parte.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I**

#### **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

### **Cláusula 4.ª**

## Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante, como obrigação principal a prestação dos serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Contraente Pública, em conformidade com as especificações previstas no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
2. O Cocontratante encontra-se, ainda, obrigado a:
  - a) Executar o objeto do contrato da prestação de serviços adjudicado, em conformidade com o estabelecido nas Cláusulas Gerais e Especiais do Caderno de Encargos, e com a proposta adjudicada, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - b) Cumprir as condições fixadas para a execução dos trabalhos;
  - c) Cumprimento da legislação em vigor, em todas as suas vertentes;
  - d) Envio a destino final dos resíduos, de acordo com as regras legais aplicáveis e segundo princípios de sustentabilidade ambiental e dos princípios da hierarquia da gestão de resíduos, cabendo ao prestador de serviços a assunção das responsabilidades pela gestão e destino final destes resíduos, imediatamente após a sua recolha nos locais indicados neste caderno de encargos. É, pois, admissível o seu armazenamento temporário ou outras operações de gestão de resíduos da responsabilidade do Cocontratante, desde que se encontrem devidamente licenciadas;
  - e) Envio à Contraente Pública, no prazo de 3 (três) dias úteis, dos comprovativos de pesagem de todas as cargas referentes às quantidades de lamas entregues no destino final;
  - f) Proceder à entrega dos documentos exigidos relativos à execução do objeto do contrato, de acordo com os prazos contratualizados;
  - g) Realizar todos os trabalhos previstos no presente Caderno de Encargos, nas condições de prazo e preço contratados;
  - h) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre o Cocontratante e os representantes da Contraente Pública;
  - i) Proceder à recolha das lamas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após formalização do respetivo pedido por parte da Contraente Pública;

- j) Recolha e transportar, sem encargos adicionais, de todos os resíduos que constam da alínea c) da cláusula 30.<sup>a</sup> que constam das obrigações contratuais, nas instalações do ANEXO I, aplicando-se apenas a taxa de valorização/eliminação;
  - k) Envio à Contraente Pública, anualmente, dos certificados de verificação metrológica dos equipamentos utilizados na pesagem de todas as cargas referentes às quantidades de resíduos entregues no destino final, emitidos por entidade reconhecida pelo Sistema Português de Qualidade, e válidos à data da execução dos serviços.
  - l) Preenchimento das Guias de Acompanhamento de Resíduos (GAR), de acordo com procedimento interno da Contraente Pública e conforme legislação aplicável e em vigor nesta matéria.
  - m) Elaboração de relatório anual, com todas as recolhas efetuadas e resumo dos resíduos recolhidos, respetivos códigos LER, quantidades, código de destino, transportador e destinatário final;
  - n) Apoio técnico/ Consultoria/ Formação e sensibilização;
  - o) Promover a valorização de resíduos, nomeadamente das lamas.
3. Constitui encargo do Cocontratante o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.
4. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o Cocontratante obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da Contraente Pública
5. Nos termos do Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de dezembro, na sua redação atual, os resíduos deverão ser encaminhados para operadores licenciados, acompanhados da respetiva e-GAR. Assim como, a atividade de transporte de resíduos está sujeita a licenciamento por razões da saúde pública e proteção do ambiente.
6. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
7. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante, as seguintes obrigações gerais:
- a) Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção,

independência, zelo e competência;

- b) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todas as especificações e requisitos técnicos indicados na cláusula anterior e nos termos da legislação aplicável;
- c) Executar todos os trabalhos administrativos de controlo e reporte dos serviços emitidos;
- d) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões.
- e) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Contraente Pública;
- f) Prestar as informações que forem solicitadas pela Contraente Pública, devendo nomear um responsável que será o contacto com o responsável da Contraente Pública;
- g) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **(Forma da prestação de serviços)**

1. Para acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante fica obrigado a entregar à Contraente Pública, mensalmente, um resumo dos serviços efetuados no âmbito da Cláusula 30ª do presente Caderno de Encargos.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **(Regime dos trabalhadores afetos ao contrato)**

1. Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme decorre do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2 do mesmo diploma legal.
2. O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual.

4. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental que ateste o cumprimento da obrigação prevista no n.º I, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.
5. A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Dever de sigilo**

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.



11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraente Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

## **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

### **Conservação de dados pessoais**

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.

2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Transferência de dados pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Dever de cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

### **SECÇÃO II**

#### **OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Preço base e preço contratual**

- I. O preço contratual não pode ser superior a 135.602,80€ (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e dois euros e oitenta cêntimos) para o período de execução contratual de 12 (doze) meses, sendo renovável por iguais períodos, mediante acordo das partes, até ao limite de 36 (trinta e seis) meses, podendo atingir o preço máximo contratual de 406.808,40€ (quatrocentos e seis mil, oitocentos e

oito euros e quarenta cêntimos), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço total é estimado, por ser variável em função das quantidades de serviços efetivamente realizados, razão pela qual a Contraente Pública, apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.
4. As quantidades apresentadas no presente de Caderno de Encargos, são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado.
5. Caso venha a verificar-se que o valor dos serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente às quantidades estimadas apresentadas nas Cláusulas deste Caderno Encargos, o Cocontratante não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 381.º, aplicável de acordo com n.º 6 do artigo 454.º, ambos do CCP.
6. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Condições de pagamento**

1. Os pagamentos ao Cocontratante serão efetuados mediante a apresentação de faturas mensais acompanhadas dos elementos justificativos, cujo valor será o resultante da aplicação dos preços unitários propostos às quantidades de resíduos recolhidos no período relativo à referida fatura, assim como do aluguer dos respetivos equipamentos.
2. A(s) quantia(s) devida(s) pela Contraente Pública, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. A obrigação considera-se vencida quando executado o serviço e após, conjuntamente com a

emissão da fatura, a apresentação pelo Cocontratante de todos os documentos e elementos previstos contratualmente, nomeadamente as guias de acompanhamento de resíduos, conforme estipulado no presente Caderno de Encargos.

4. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 2 a 4, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

#### **Cláusula 14ª**

##### **Faturação eletrónica**

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
2. A faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas exclusivamente para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública,
3. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#main> [tab1](#);
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIU5](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5);
4. A fatura deve conter, entre outras indicações, a referência do procedimento, o número da nota de encomenda e o correspondente item.

5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Águas do Alto Minho não será objeto de qualquer cobrança adicional.

### **SECÇÃO III**

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

### **CAPÍTULO III**

#### **INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A Contraente Pública pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, designadamente pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos serviços objeto do contrato, ou pelo não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, haverá lugar à aplicação de uma penalidade pecuniária específica no montante de 1% a 5% do valor do contrato por cada dia de atraso.
3. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija

uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a

sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Resolução do contrato por parte da Contraente Pública**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente no caso de atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 10 dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo;
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 17.ª relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.



## **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

### **Resolução do contrato por parte do adjudicatário**

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

## **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente:
  - a) O Cocontratante subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à Contraente Pública, em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
  - b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a Contraente Pública será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
  - c) O Cocontratante é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 5 000,00 EUR (cinco mil euros), por sinistro e anuidade.
  - d) Seguro de Acidentes de Trabalho:
    - i O Cocontratante ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.

- ii O Cocontratante obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.
  - iii O Cocontratante obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na prestação de serviços, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.
2. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Cocontratante.
  3. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 dias.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso

de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Capítulo II - Obrigações contratuais**

### **Secção I - Obrigações do Cocontratante**

#### **Subsecção I – Disposições gerais**

#### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

##### **(Forma de Prestação dos serviços)**

A prestação de serviços contempla todas as atividades colocação de equipamentos de deposição, recolha e transporte dos resíduos produzidos, previstas no Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de dezembro, na sua redação atual.

### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

#### **(Atividades a desenvolver)**

- I. A prestação de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final licenciado, dos resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Contraente Pública, deve respeitar as constantes dos Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de dezembro, na sua redação atual, bem como:
- a) Disponibilidade de equipamentos necessários à gestão de resíduos;
  - b) Recolha, transporte e armazenamento temporário e/ou tratamento dos resíduos recolhidos;
  - c) Encaminhamento dos resíduos recolhidos para destino final adequado;
  - d) Fornecimento dos recipientes/contentores de acondicionamento dos resíduos nas instalações da Contraente Pública (indicados no Anexo I) e respetivas etiquetas de identificação. Todos os recipientes/contentores têm de estar devidamente identificados com rótulos que contenham, no mínimo, a seguinte informação: designação do resíduo, código LER, código de destino final, designação e contacto do operador de gestão de resíduos e ainda os símbolos de perigo, frases R e S (neste caso quando aplicável). Em cada recolha o Cocontratante substituirá os recipientes cheios por outros vazios, em bom estado de conservação e limpeza e deverá garantir igualmente o bom estado das respetivas etiquetas de identificação de cada resíduo. Caso seja necessária alguma deslocação adicional por parte do Cocontratante para colocação inicial/ levantamento no final do contrato, o mesmo considera-se incluído no preço;
  - e) Os valores apresentados, encontram-se incluídas as Taxas de Gestão de Resíduos, de acordo regulamentado na respetiva portaria;
  - f) Execução dos serviços de recolha das lamas produzidas nas ETAR, o seu transporte a destino final, e a sua valorização, deposição final ou qualquer outra operação legalmente admissível, no estrito cumprimento de todos os requisitos legais.
  - g) Os resíduos sujeitos a valorização, ou seja, a Contraente Pública, receberá uma mais-valia (€/kg) ou (€/ton) pela entrega dos mesmos para a reciclagem;

- h) Ao custo apresentado pelo Cocontratante está indexado os custos de aluguer dos equipamentos, do transporte e tratamento do resíduo nos aterros/destinos finais/recicladores finais licenciados;
- i) Após adjudicação, o Cocontratante estará obrigado a efetuar as recolhas, nas respetivas instalações;
- j) Caracterização analítica dos resíduos, sempre que necessário, para efeitos de receção em destino final adequado, com envio dos boletins analíticos para a Contraente Pública;
- k) Todos os serviços e encargos associados à gestão de resíduos não especificamente detalhados no âmbito deste caderno de encargos, mas necessários à atividade do prestador de serviços.
- l) Envio a destino final dos resíduos, de acordo com as regras legais aplicáveis e segundo princípios de sustentabilidade ambiental e dos princípios da hierarquia da gestão de resíduos, cabendo ao prestador de serviços a assunção das responsabilidades pela gestão e destino final destes resíduos, imediatamente após a sua recolha nos locais indicados neste caderno de encargos. É, pois, admissível o seu armazenamento temporário ou outras operações de gestão de resíduos da responsabilidade do Cocontratante, desde que se encontrem devidamente licenciadas;
- m) Recolha e transporte, sem encargos adicionais, de todos os resíduos que constam da alínea c) do n.º I da cláusula 30ª, nas instalações do ANEXO I, aplicando-se apenas a taxa de valorização/eliminação;
- n) Excetuam-se da alínea anterior a recolha de gradados dos leitos de secagem, aos quais se aplica o serviço de recolha e transporte, que consta da alínea b) do n.º I da cláusula 30ª deste Caderno de Encargos.;
- o) Constitui encargo do Cocontratante a disponibilização dos meios de deposição, o transporte, a deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros. Sempre que se apresente nas instalações da Contraente Pública, o colaborador do Cocontratante deverá estar permanentemente munido de cartão ou outro documento que o identifique como Cocontratante.

#### **Cláusula 29.ª**

#### **(Locais para a prestação dos serviços)**

1. A prestação de serviços será realizada nos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.
2. A localização das infraestruturas encontra-se discriminada no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

**Cláusula 30.<sup>a</sup>**  
**(Quantidades estimadas)**

1. Para a formulação do preço base, estabeleceram-se as seguintes quantidades estimadas:
  - a) Aluguer mensal dos equipamentos, recolha e transporte dos resíduos das seguintes instalações para destino final:

Estabelecimento	Equipamento	Código LER	Preço Base (€)
Centro de Proximidade de Ponte de Lima	2 ECOBALDE 6 M3	170302/170504	4356
	3 ECOPONTO 360 LT	150101/ 150102/ 150107	
	2 ECOCUBA 1000 LT	170203/170405	
	2 CONTENTOR 800LT	150110/ 190801	
	2 CONTENTOR 120LT	150101/150203	
	ECOPONTO DOMÉSTICO	150101/ 150102/ 150107	
	1 ECOJERRICANE 30 LT	170401	
Centro Operacional Nordeste - Arcos de Valdevez	3 ECOPONTO 360 LT	150101/ 150102/ 150107	4356
	4 ECOCUBA 1000 LT	170203/170405/170302/170504	
	2 CONTENTOR 800LT	150110/ 190801	
	2 CONTENTOR 120LT	150101/150203	
	1 ECOJERRICANE 30 LT	170401	
	ECOPONTO DOMÉSTICO	150101/ 150102/ 150107	
Centro Operacional Norte - Vila Nova de Cerveira	3 ECOPONTO 360 LT	150101/ 150102/ 150107	4356
	4 ECOCUBA 1000 LT	170203/170405/170302/170504	
	2 CONTENTOR 800L	150110/ 190801	
	2 CONTENTOR 120L	150101/150203	
	1 ECOJERRICANE 30 LT	170401	
	ECOPONTO DOMÉSTICO	150101/ 150102/ 150107	
Centro Operacional Sul - Viana do Castelo	4 ECOBALDE 6 M3	170302/170504/170203/170405	7524
	1 CONTENTOR 800L	150110	
	2 CONTENTOR 120L	150202/150203	
	3 ECOPONTO 800 LT	150101/ 150102/ 150107	
	3 ECOPONTO 120 LT	150101/ 150102/ 150107	
	1 ECOJERRICANE 30 LT	160506	
	1 ECOJERRICANE 30 LT	170401	
	1 ECOCUBA 1000 LT	150103	
Leitos de Secagem	--	190801	
Centro de Proximidade de Paredes de Coura	1 CONTENTOR 800L	190801	672
EE AR VENADE I	1 CONTENTOR 800L	190801	672

EE Forte do Cão	1 CONTENTOR 800L	190801	672
EE Venade 2	1 CONTENTOR 800L	190801	672
EEAR CHAMOSINHOS - PONTE ROMANA	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR Aqualonga - Bodelo	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR Bico - Requeijada	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR Castanheira	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR Coura - Ribeirinho	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR Cunha Meia de Baixo	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR de Covas	1 CONTENTOR 800L	190801	552
ETAR de Fontoura	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR de Padreiro	1 CONTENTOR 800L	190801	600
ETAR de Porreiras	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR de Sopo	1 CONTENTOR 800L	190801	552
ETAR Freixo	2 CONTENTOR 800L	190801/190802	3120
ETAR Gemieira	2 CONTENTOR 800L	190801	6360
	2 CONTENTOR 800L	190802	
	2 ECOBALDE 6 M3	190801/ 190805	
	1 ECOTAMBOR 100L	190809	
	1 ECOJERRICANE 30 LT	160506	
ETAR Cossourado	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR Queijada	2 CONTENTOR 800L	190801/190802	3120
ETAR Rubiães - Antas	1 CONTENTOR 800L	190801	672
ETAR Soajo - Bairros	1 CONTENTOR 800L	190801	600
Sede	3 ECOPONTO 120 LT	150101/ 150102/ 150107	1704
EEAR Sta. Martinha	1 CONTENTOR 800L	190801	5172
EEAR Perre-Cemitério	1 CONTENTOR 800L	190801	5172
EEAR Perre-Pisco	1 CONTENTOR 800L	190801	876
EEAR Talharezes (Santa Marta)	1 CONTENTOR 800L	190801	1128
EEAR Perre-Costa	1 CONTENTOR 800L	190801	876
EEAR Perre - Vila Meã	1 CONTENTOR 800L	190801	876
EEAR Perre Fonte Pedrinha	1 CONTENTOR 800L	190801	744
EEAR Castelo Neiva - Moldes	1 CONTENTOR 800L	190801	744
EEAR Vila Fria-Rua da Fonte	1 CONTENTOR 800L	190801	816
EEAR S. Romão do Neiva	1 CONTENTOR 800L	190801	744

b) Recolha e transporte dos resíduos em locais diferentes do indicado na alínea anterior:

Tipo de serviço	Quantidade Estimada Ano (a)	Preço Base Unitário (€)	Preço Base (€)
Serviço de Recolha, Transporte e Disponibilização de Ecobalde 6m3	20	214 €	4 280 €
Serviço de Recolha, Transporte em Camião de 15m3	7	214 €	1 498 €
Serviço de Recolha de Condutas em Varas de 5m com disponibilização de Veículo-Grua	5	321 €	1 605 €
Serviço de Camião de Hidroaspiração 9m3	1	618 €	618 €
Outras recolhas	5	161 €	805 €

c) Recolha de resíduos e encaminhamento a destino final licenciado:

Resíduo	Estimativa de produção (ton/ano)	Preço Unitário (€/ton)	Valor Anual Estimado (€)
I30208* - Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	1	0	0
I50101 - Embalagens de papel e cartão	3,5	-10	-35
I50102 - Embalagens de plástico	1,5	-10	-15
I50103 - Madeira	0,5	0	0
I50107 - Embalagens de vidro	0,1	-5	-0,5
I50110 - (*) Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	1	320	320
I50202 - (*) Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo sem outras especificações), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas	0,1	610	61
I50203 - Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em I5 02 02	0,1	190	19
I60214 - Equipamento fora de uso não abrangido em I6 02 09 a I6 02 13	0,5	0	0
I60215* - Componentes perigosos retirados de equipamento fora de uso	0,05	310	15,5
I60216 - Componentes retirados de equipamentos fora de uso	1	124	124
I60304 - Resíduos Inorgânicos não abrangidos em I60303	0,5	186	93
I60506 - (*) Produtos químicos de laboratório, contendo ou compostos por substâncias perigosas, incluindo misturas de produtos químicos de laboratório	0,1	4410	441
I60601* - Acumuladores de Chumbo (Baterias Usadas)	0,01	-520	-5,2
I70201 - Madeira	1	0	0
I70203 - Plástico	4	120	480
I70302 - Misturas betuminosas não abrangidas em I7 03 01	70	120	8400
I70401 - Cobre, bronze e latão	0,1	-4000	-400
I70402 - Alumínio	0,1	-700	-70
I70405 - Ferro e aço	4	-200	-800
I70504 - Solos e rochas não abrangidos em I7 05 03	95	60	5700
I70605* - Fibrocimento	2	370	740
I70904 - Misturas de resíduos de construção e demolição não abrangidos em I7 09 01, I7 09 02 e I7 09 03	2	114	228
I90801 - Gradados	180	210	37800
I90802 - Resíduos de Desarenamento	1	200	200
I90805 - Lamas do Tratamento de Águas Residuais	130	220	28600
I90809 - Mistura de gorduras e óleos, da separação óleo/ água	0,2	200	40
I90905 - Resíduo, resinas de permuta iónica, saturadas ou usadas	1	210	210
200101 - Papel e cartão (com certificado de destruição)	0,5	280	140
200102 - Vidro	0,5	110	55
200121 - (*) Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	0,01	0	0
200133 - (*) Pilhas e acumuladores abrangidos em I6 06 01, I6 06 02 ou I6 06 03 e pilhas e acumuladores não triados contendo desses acumuladores ou pilhas	0,01	0	0
I60216/ 200140 - Contadores Metálicos (latão)	6	-3200	-19200
I60216/ 200140 - Contadores Metálicos (ferro)	0,5	-200	-100

Nota: (-) Frações valorizáveis, objeto de crédito.



2. As estimativas das quantidades constantes das tabelas anteriores, foram calculados com base no histórico de serviços prestados, sendo aqui apresentadas como meras quantidades estimadas.

3. Com exceção da recolha de gradados nas estações elevatórias de águas residuais (EEAR), que se estima de 1 vez ao trimestre, nas restantes instalações estima-se a recolha com uma periodicidade de uma vez por mês.

4. As quantidades estimadas constantes das tabelas na presente cláusula, em nada vinculam a Contraente Pública quanto às quantidades que efetivamente se vierem a mostrar necessárias na execução do contrato.

# ANEXO I

## Localização das Instalações

Estabelecimento	Centro Operacional	Localização geográfica (Coordenadas GPS)
Centro de Proximidade de Ponte de Lima	COP Sul	41.761848, -8.592835
Centro Operacional Nordeste - Arcos de Valdevez	COP Nordeste	41.819351, -8.413818
Centro Operacional Norte - Vila Nova de Cerveira	COP Norte	41.961538, -8.681398
Centro Operacional Sul - Viana do Castelo	COP Sul	41.697989, -8.836461
	Leitos de Secagem	41.706340, -8.858754
Centro de Proximidade de Paredes de Coura	COP Nordeste	41.914429, -8.561578
EEAR VENADE I	COP Norte	41.861681, -8.810512
EEAR Forte do Cão	COP Norte	41.797105, -8.872784
EEAR Venade 2	COP Norte	41.861688, -8.810522
EEAR Chamosinhos - Ponte Romana	COP Norte	41.797105, -8.872784
ETAR Agualonga - Bodelo	COP Nordeste	41.880461, -8.641568
ETAR Bico - Requeijada	COP Nordeste	41.901859, -8.522110
ETAR Castanheira	COP Nordeste	41.899168, -8.546597
ETAR Coura - Ribeirinho	COP Nordeste	41.884563, -8.661734
ETAR Cunha Meia de Baixo	COP Nordeste	41.880461, -8.641568
ETAR de Covas	COP Norte	41.878218, -8.691391
ETAR de Fontoura	COP Nordeste	41.959391, -8.646279
ETAR de Padreiro	COP Nordeste	41.801019, -8.475716
ETAR de Porreiras	COP Nordeste	41,951694, -8.550269
ETAR de Sopo	COP Nordeste	41.899719, -8.740555
ETAR Freixo	COP Nordeste	41.658884, -8.579380
ETAR Gemieira	COP Nordeste	41.788142, -8.512727
ETAR Cossourado	COP Nordeste	41,904000 -8,626987
ETAR Queijada	COP Nordeste	41.722961, -8.551793
ETAR Rubiães - Antas	COP Nordeste	41.893606, -8.649552
ETAR Soajo - Bairros	COP Nordeste	41.867857, -8.273740
Sede	Sede	41.690949, -8.835544
EEAR Sta. Martinha	COP SUL	41,7152760972, -8,77789826371
EEAR Perre-Cemitério	COP SUL	41,7210297753, -8,77560234774
EEAR Perre-Pisco	COP SUL	41,7274040165, -8,76868403923
EEAR Talharezes (Santa Marta)	COP SUL	41,6990944826, -8,77765816494
EEAR Perre-Costa	COP SUL	41,7213561276, -8,79487687648
EEAR Perre - Vila Meã	COP SUL	41,726266 -8,785696
EEAR Perre Fonte Pedrinha	COP SUL	41,6572055345, -8,76251651894
EEAR Castelo Neiva - Moldes	COP SUL	41,610081 -8,795134
EEAR Vila Fria-Rua da Fonte	COP SUL	41,6721545892, -8,75984899557
EEAR S. Romão do Neiva	COP SUL	41,6231023964, -8,76235802949